

ARENDRT E A QUESTÃO DA VIOLÊNCIA

ARENDRT AND THE VIOLENCE ISSUE*

JOSÉ JOÃO NEVES BARBOSA VICENTE**
UNIVERSIDADE FEDERAL DO RECÔNCAVA DA BAHIA, BRASIL

Resumo: A violência é um dos conceitos mais importante do pensamento político de Arendt. No entanto, ela observa a falta de um estudo sistemática, bem como a banalização desse conceito, escondendo assim o seu caráter instrumental. O objetivo deste artigo é apresentar a compreensão de Arendt desse conceito no campo da política, como aparece em sua obra sobre a violência.

Palavras-chave: Violência; Revolução; Política; Instrumento; Ação.

Abstract: The violence is one of the most important concepts of Arendt's political thought. However, she notes the lack of a systematic study, and the trivialization of the concept, thus hiding its instrumental character. The purpose of this article is to provide an understanding of Arendt this concept in politics, as it appears in his work on violence.

Keywords: Violence; Revolution; Politics; Instrument; Action.

* Artigo recebido em 04/03/2014 e aprovado para publicação pelo Conselho Editorial em 10/05/2014.

** Mestre em Filosofia pela Universidade Federal de Goiás. Doutorando em Filosofia na Universidade Federal da Bahia. Professor Assistente da Universidade Federal do Recôncava da Bahia (UFRB), Bahia, Brasil. Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/3698270800560619>. E-mail: josebvicente@gmail.com.

Para Arendt, a clareza em relação aos conceitos e categorias é fundamental para qualquer estudo, por isso a busca da compreensão e o rigor na análise foram sempre suas maiores preocupações. Sobre a noção de violência, juntamente com as de poder, vigor, força e autoridade, utilizadas frequentemente pela “ciência política” sem qualquer distinção, ou como sinônimos, ela diz:

Penso ser um triste reflexo do atual estado da ciência política que nossa terminologia não distinga entre palavras-chave tais como “poder” [*power*], “vigor” [*strength*], “força” [*force*], “autoridade” e, por fim, violência – as quais se referem a fenômenos distintos e diferentes, e que dificilmente existiriam se assim não fosse [...] Utilizá-las como sinônimos indica não apenas um certo desprezo pelos significados linguísticos, o que já seria grave em demasia, mas também tem resultado em uma certa cegueira quanto às realidades às quais eles correspondem [...] Por detrás da aparente confusão subjaz a firme convicção à luz da qual todas as distinções seriam, no melhor dos casos, de pouca importância: a convicção de que o tema político mais crucial é, e sempre foi, a questão sobre “quem domina quem”. Poder, vigor, força, autoridade e violência seriam simples palavras para indicar os meios em função dos quais o homem domina o homem; são tomados por sinônimos porque têm a mesma função. Somente quando os assuntos públicos deixam de ser reduzidos à questão do domínio é que as informações originais no âmbito dos assuntos humanos aparecem, ou, antes, reaparecem, em sua autêntica diversidade (ARENDRT, 2001, p.36).

Esses conceitos, para Arendt, devem ser analisados com rigor para que seja possível estabelecer seus sentidos e limites, evitando assim indefinições e confusões capazes de perverter seus propósitos e objetivos. É preciso, portanto, defini-los ou redefini-los em seus próprios termos e âmbitos, isto é, no campo da política.

O poder, de acordo com a perspectiva arendtiana, não pode existir e se manter sem associação livre, debate e deliberação. Ele sempre pertence a um grupo e nunca a um indivíduo. É uma “habilidade humana não apenas para agir, mas para agir em concerto”, ele “permanece em existência apenas na medida em que o grupo conserva-se unido” (ARENDRT, 2001, p.36). Para Arendt, o apoio do povo é importante para o conceito de poder:

É o apoio do povo que confere poder às instituições de um país, e este apoio não é mais do que a continuação do consentimento que trouxe as leis à existência [...] Todas as instituições políticas são manifestações e materialização do poder; elas petrificam-se e decaem tão logo o poder vivo do povo deixa de sustentá-las [...] Mesmo o tirano, o Um que governa contra todos, precisa de ajudantes na tarefa da violência (ainda que seu número possa ser restrito). Entretanto, o vigor da opinião, quer dizer, o poder do governo, depende de números; ele reside ‘na proporção do número ao qual é associado’, e a tirania, como descobriu

Montesquieu, é portanto a mais violenta e menos poderosa das formas de governo. De fato, uma das mais óbvias distinções entre poder e violência é a de que o poder sempre depende dos números, enquanto a violência, até certo ponto, pode operar sem eles, porque se assenta em implementos (ARENDDT, 2001, p.34-35).

Em relação ao conceito de vigor, diz Arendt, somente pode designar “algo no singular, uma entidade individual”. Ele é, em essência, uma “propriedade inerente a um objeto ou pessoa e pertence ao seu caráter, podendo provar-se a si mesmo na relação com outras coisas ou pessoas, mas sendo essencialmente diferente delas” (ARENDDT, 2001, p.37). O vigor de um indivíduo, por exemplo, seria sua grandeza física ou mental. Assim, seu domínio sobre os outros não acontece pela força ou imposição, mas pela influência automática dessa qualidade. A palavra força, por sua vez, deve “ser reservada, na linguagem terminológica, às ‘forças da natureza’ ou à ‘força das circunstâncias’ (*la force des choses*)” (ARENDDT, 2001, p.37). O conceito de autoridade está ligado ou “reconhecimento inquestionável por aqueles a quem se pede que obedeçam; nem a coerção nem a persuasão são necessárias”. Assim, o seu maior inimigo é o “desprezo, e o mais seguro meio para miná-la é a risada” (ARENDDT, 2001, p.37). A decadência do seu sentido está diretamente ligada à crise política que começou no início do século passado com os “movimentos políticos”, cuja intenção era de substituir o “sistema partidário” e, principalmente, com “o desenvolvimento de uma nova forma totalitária de governo”. Mas, diz Arendt:

O sintoma mais significativo da crise, a indicar sua profundidade e seriedade, é ter ela se espalhado em áreas pré-políticas tais como a criação dos filhos e a educação, onde a autoridade no sentido mais lato sempre fora aceita como uma necessidade natural, requerida obviamente tanto por necessidades naturais, o desamparo da criança, como por necessidade política, a continuidade de uma civilização estabelecida que somente pode ser garantida se os que são recém-chegados por nascimento forem guiados através de um mundo preestabelecido no qual nasceram como estrangeiros (ARENDDT, 1972, p.128).

Para Arendt, portanto, todos os conceitos mencionados anteriormente, são distintos entre si e diferem radicalmente do conceito de violência, o único que possui um caráter instrumental e surge sempre com a perda da autoridade ou transformações em relação ao poder. Nesse sentido, ela é usada pelo Estado como mecanismo de controle, seja interna ou externa. Apesar de seu caráter instrumental, a violência, diz Arendt:

Fenomenologicamente, ela está próxima do vigor, posto que os implementos da violência, como todas as outras ferramentas, são planejados e usados com o propósito de multiplicar o vigor natural até

que, em seu último estágio de desenvolvimento, possam substituí-los (ARENDRT, 2001, p.37).

Para exemplificar o caráter instrumental da violência, Arendt refere-se aos movimentos revolucionários entendidos até o período medieval, como meios de restabelecer a ordem e a estabilidade. Em períodos posteriores, pensadores como Marx, por exemplo, estava convencido de que a violência era essencial não apenas para iniciar uma revolução, mas também para garantir o seu sucesso. No entanto, Arendt faz questão de lembrar que o conceito de revolução dispensa a violência; mais do que “meras mudanças”, o propósito da revolução é a fundação da liberdade. Só se pode falar de revolução quando “ocorrer mudança, no sentido de um novo princípio [...] onde a libertação da opressão almeje, pelo menos, a constituição da liberdade” (ARENDRT, 1988, p.28).

Apesar de ocorrer quando o discurso e o diálogo se silenciam, e não existir qualquer justificativa para ela, a violência sempre necessita de uma justificativa para se impor, mesmo não tendo nada para dizer, pois ela é muda, começa quando cessa o diálogo. É por isso que Arendt insiste na criação e preservação de um espaço para discurso e debate, para ação em concerto. Este foi, certamente, um dos motivos fortes para que ela posicionasse contra o modelo político idealizado por Platão em sua obra *A república*, considerando a Razão como sendo a única fonte de autoridade de onde emanam todas as normas e princípios para qualquer gestão dos assuntos públicos.

Mesmo convivendo no mesmo espaço que a autoridade e o poder, é fundamental não confundir estes conceitos com o de violência que, em essência, é um instrumento utilizado para coagir e impor uma determinada vontade que pode ser de um governo, de um sindicato, de um grupo revoltado ou de uma pessoa em particular. A intenção é sempre impor uma dada ordem que, aos seus modos de conceberem as coisas, é a mais favorável e funcional, ou simplesmente provocar um retorno aos tempos passados onde se sentiam confortáveis. De qualquer forma, diz Arendt (2001, p.58): “A prática da violência, como toda ação, muda o mundo, mas a mudança mais provável é para um mundo mais violento”. Como já mencionamos anteriormente, o conceito de autoridade não pode ser confundido com o de violência. Pois, para Arendt, autoridade está ligada ao reconhecimento e exclui qualquer coação ou persuasão. Quando se reconhece a autoridade de uma pessoa, ela é respeitada e obedecida por todos em função desse reconhecimento.

Na discussão do “fenômeno do poder”, diz Arendt, existe “um consenso entre os teóricos da política, da esquerda à direita, no sentido de que a violência é tão somente a mais flagrante manifestação do poder”. Para tais teóricos, lutar pelo poder significa política,

e “a forma básica do poder é a violência” (ARENDDT, 2001, p.31). Isso ocorre, diz Arendt, porque eles são guiados pela ideia que concebe “o poder em termos de comando e obediência” e não em termos de consentimento apoiado no povo (ARENDDT, 2001, p.38). Para Arendt, os governos dependem de números; em oposição a ambos está a violência: “A forma extrema de poder é o Todo contra Um, a forma extrema da violência é o Um contra Todos. E esta última nunca é possível sem instrumentos” (ARENDDT, 2001, p.35). Portanto, os conceitos de poder e de violência são, na perspectiva arendtiana, totalmente opostos:

[...] politicamente falando, é insuficiente dizer que poder e violência não são o mesmo. Poder e violência são opostos; onde um domina absolutamente, o outro está ausente. A violência aparece onde o poder está em risco, mas, deixada a seu próprio curso, ela conduz à desapareição do poder. Isto implica ser incorreto pensar o oposto da violência como a não violência; falar de um poder não violento é de fato redundante. A violência pode destruir o poder; ela é absolutamente incapaz de criá-lo (ARENDDT, 2001, p.44).

Para Arendt, portanto, além de ser diferente do vigor, da força, do poder e da autoridade, a violência não pode ser entendida, também, como algo animalesco ou irracional como pregam certas teorias que acreditam que “a distinção entre o homem e fera não é mais a razão [...] mas a ciência”. Nesse sentido, se recusar a “ouvir os cientistas”, ou em outros termos, se ignorar “as suas últimas descobertas”, o homem agiria “irracionalmente e como uma fera”. Arendt rejeita, também, a ideia de que se deve buscar a essência da violência no ódio. Assim, diz ela:

Contra essas teorias e suas implicações, argumentarei que a violência não é nem bestial nem irracional [...] que a violência frequentemente advenha do ódio é um lugar-comum, e o ódio pode realmente ser irracional ou patológico, mas o mesmo vale para qualquer outro sentimento humano. Não há dúvida de que é possível criar condições sob as quais os homens são desumanizados – tais como os campos de concentração, a tortura, a fome –, mas isso não significa que eles se tornem animais; e, sob tais condições, o mais claro indício da desumanização não são o ódio e a violência, mas a sua ausência conspícua (ARENDDT, 2001, p.47).

A violência, também, diz Arendt, não pode ser entendida como sendo uma continuação da vida no chamado “reino animal”. Ela rejeita, assim, todas as teorias que procuram interpretá-la segundo princípios biológicos. Sua discussão é travada, principalmente, com as filosofias da vida de Bergson e de Nietzsche, ou em outros termos, com a “justificação biológica da violência” defendida por esses pensadores que atribuem ao poder uma dimensão expansionista natural e uma necessidade interna de crescer. Nesse sentido, a violência passa a ser um meio de conceder ao poder novo vigor e estabilidade,

pois “no âmbito da vida orgânica tudo ou cresce ou declina e morre” (ARENDT, 2001, p.54).

Para Arendt, esse pensamento organicista que interpreta poder e violência em termos biológicos é extremamente perigoso para os assuntos políticos. Pois, como eles são entendidos, “a vida e a suposta criatividade da vida são o seu denominador comum, de modo que a violência é justificada nas bases da criatividade”. E mais adiante ela diz:

Além do mais, a partir do instante em que se começa a falar em termos biológicos, não políticos, os glorificadores da violência podem apelar ao fato inegável de que, no seio da natureza, destruição e criação são as duas faces do processo natural, de modo que a ação violenta coletiva, deixando de lado a sua atração inerente, pode parecer tão natural enquanto um pré-requisito para a vida coletiva da humanidade, quanto a luta pela sobrevivência e a morte violenta em nome da continuação da vida, no reino animal (ARENDT, 2001, p.55).

A violência, portanto, deve ser encarada e entendida, não como algo natural, mas pertencente “ao âmbito político dos negócios humanos, cuja qualidade essencialmente humana é garantida pela faculdade do homem para agir, a habilidade para começar algo novo” (ARENDT, 2001, p.60). Se ela nunca despertou interesse para uma análise sistemática por parte dos pensadores e foi muitas vezes confundida ou tomada como sinônimo de outros conceitos, é precisamente porque ela sempre fez parte dos negócios humanos e foi tratada como algo comum ou do cotidiano. Mas, sublinha Arendt: “Ninguém que se tenha dedicado a pensar a história e a política pode permanecer alheio ao enorme papel que a violência sempre desempenhou nos negócios humanos”. Por isso, “é surpreendente” constatar que ela “tenha sido raramente escolhida como objeto de consideração especial”. (ARENDT, 2001, p. 16).

Se a violência, como entende Arendt, torna impossível o discurso e o debate, ela deve ficar fora da política. Ela deve, também, ser totalmente separada do conceito de poder que, definitivamente, se remontarmos às ideias gregas e romanas, surge em grupo mediante livre escolha e não tem nada a ver com a relação mando/obediência. O poder não representa a força bruta, mas nasce entre homens que falam e agem conjuntamente em harmonia. Um governo baseado na violência está fadado ao fracasso e sua ruína é certa: qualquer governo precisa de uma base de apoio para poder agir; e qualquer governo que faz uso da violência demonstra a sua incapacidade para convencer o povo através de meios normais e, ao mesmo tempo, indica que o poder está em risco.

Referências Bibliográficas

ARENDT, H. **Sobre a revolução**. Trad. André Duarte. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2001.

_____. **Entre o passado e o futuro**. Trad. Mauro Barbosa de Almeida. São Paulo: Perspectiva, 1972.

_____. **Da revolução**. Trad. Fernando Dídimo Vieira. São Paulo: Ática-UnB, 1988.

Universidade Católica de Petrópolis
Centro de Teologia e Humanidades
Rua Benjamin Constant, 213 – Centro – Petrópolis
Tel: (24) 2244-4000
synesis@ucp.br
<http://seer.ucp.br/seer/index.php?journal=synesis>



VICENTE, José João Neves Barbosa. ARENDT E A QUESTÃO DA VIOLÊNCIA. *Synesis*, <http://seer.ucp.br/seer/index.php/synesis>, v. 6, n. 1, p.142-148, jan/jun 2014. ISSN 1984-6754. Disponível em: <http://seer.ucp.br/seer/index.php?journal=synesis&page=article&op=view&path%5B%5D=465>. Acesso em: 15 Junho 2014.
